



**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NO
CARGO DE AGENTE DE SEGURANÇA PRISIONAL
EDITAL Nº 1/2019 - ASP-DGAP, DE 24 DE JULHO DE 2019 - NORMATIVO**

Agente de Segurança Prisional de 3ª Classe

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - o um caderno de questões das provas objetiva e discursiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - o uma folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - o uma folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Todo mundo pode!

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas objetiva e discursiva. Deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de provas, bem como retirá-los da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões das provas objetiva e discursiva 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identificação e caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÃO PARA A PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA
(Tereza Cavalcanti)

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 6.

¹ Prisões ou cadeias são estabelecimentos destinados a isolar da sociedade pessoas que foram condenadas ou consideradas culpadas por algum crime. Até o século XVIII, em vez de prisão, os castigos mais comuns para quem era condenado por algum crime eram, entre outros, a morte e o desterro ou exílio (enviar uma pessoa para uma terra distante, bem longe de seu país). As prisões serviam principalmente para prender as pessoas que não podiam pagar suas contas, as que aguardavam julgamento e indivíduos culpados que aguardavam sentença ou punição. No século XX, contudo, a maioria das prisões já abrigava criminosos condenados. As condições nas primeiras prisões eram horríveis. Doenças, violência e abuso eram comuns. No final do século XVIII, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, reformadores sociais (pessoas que lutavam por mudanças) começaram a procurar meios de melhorar as prisões. Manter os prisioneiros separados uns dos outros e obrigá-los a realizar trabalhos pesados eram ideias populares no século XIX. No século XX, muitas prisões passaram a oferecer educação e treinamento profissional aos prisioneiros, além de recompensas por bom comportamento. Hoje em dia, muitas pessoas continuam a trabalhar para que as prisões ao redor do mundo sejam mais seguras e mais eficazes. No Brasil, as condições em muitas prisões são degradantes, e muita violência acontece dentro delas. Há uma lei que proíbe o uso de tortura no interrogatório a presos, mas em pontos do país ela ainda ocorre. No início do século XXI o governo federal lançou um programa para reduzir a superlotação dos presídios. Em vários estados foram criados centros de detenção para mulheres grávidas e com crianças até 6 anos.

<<https://escola.britannica.com.br>> Acesso em 20 ago. 2019

QUESTÃO 1

Considerando os aspectos semânticos e gramaticais do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) No período iniciado por “As prisões” (l. 7 a 11), a palavra “que” tem, nas três ocorrências, a mesma classificação morfosintática.
- (B) Na linha 11, a substituição de “contudo” por “no entanto” preservaria a correção e o sentido da frase.
- (C) A substituição de “para que” (l. 23) pela locução **afim de que** preservaria a correção gramatical e as relações de sentido do período.
- (D) No trecho “passaram a oferecer educação e treinamento

profissional” (l. 20 e 21), a inserção de acento grave em “a oferecer” preservaria a correção gramatical, visto que neste contexto a crase é facultativa.

- (E) Para adequar o texto à norma gramatical, deveria ser retirada a vírgula logo após “degradantes” (l. 26), visto que este sinal não deve ser usado antes da conjunção “e”.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa que apresenta palavra acentuada por motivo diverso do que justifica o acento em “presídios” (l. 30).

- (A) Início (l. 29).
- (B) Interrogatório (l. 27 e 28)
- (C) Vários (l. 31)
- (D) País (l. 7 e 28)
- (E) Exílio (l. 6)

QUESTÃO 3

Com relação à tipologia, o texto é predominantemente:

- (A) injuntivo, pois pretende persuadir o leitor da crueldade do atual sistema prisional no Brasil.
- (B) descritivo, pois caracteriza o atual sistema prisional.
- (C) informativo, pois apresenta informações sobre a história e fatos relevantes do sistema prisional.
- (D) narrativo, pois relata fatos vividos por personagens, com conflito narrativo e desfecho.
- (E) argumentativo, pois nele perpassa a análise crítica do sistema prisional no Brasil.

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa em que está correta a função sintática atribuída a um termo do texto.

- (A) “por algum crime” (l. 3) = agente da passiva
- (B) “horríveis” (l. 13) = predicativo do sujeito
- (C) “aos prisioneiros” (l. 21) = complemento nominal
- (D) “uma lei” (l. 27) = sujeito
- (E) “dos presídios” (l. 30) = objeto indireto

QUESTÃO 5

Considerando os aspectos interpretativos e gramaticais do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Infere-se do texto que a tortura é prática institucionalizada nas prisões brasileiras.
- (B) Na linha 31, a substituição de “foram criados” por “criaram-se” manteria a correção gramatical, mas prejudicaria as relações de sentido do texto.
- (C) Na linha 28, o pronome “ela” retoma, por coesão textual, o termo “violência” (l. 26).
- (D) De acordo com o texto, uma das funções precípua da prisão é ressocializar o detento para o retorno à vida em sociedade.
- (E) Na linha 23, a substituição de “continuam a trabalhar” por “trabalham” preservaria a correção gramatical do período.

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa cujo verbo destacado pode ser flexionado no plural, sem que nenhuma outra mudança seja feita na frase, preservando a correção gramatical.

- (A) “a maioria das prisões já abrigava criminosos condenados” (l. 11 e 12)
 (B) “Doenças, violência e abuso eram comuns.” (l. 14)
 (C) “Manter os prisioneiros separados” (l. 17 e 18)
 (D) “muita violência acontece dentro delas” (l. 26)
 (E) “ainda ocorre” (l. 28)

O cartaz abaixo faz parte de uma campanha promovida pelo Tribunal de Justiça de Goiás, no carnaval de 2019. A Campanha consistia na divulgação de cartazes nos banheiros femininos e masculinos, com telefones de entidades da rede de enfrentamento à violência contra mulheres, para denúncia e assessoria jurídica.



QUESTÃO 7

Com base na leitura do cartaz e em seu contexto de divulgação, assinale a alternativa correta.

- (A) O propósito principal do texto é informar o leitor acerca da existência da violência contra as mulheres.
 (B) A informação mais importante do texto está contida no primeiro período “A violência é responsabilidade de quem cometeu”.
 (C) A intenção principal do texto é persuadir o destinatário a denunciar casos de violência contra a mulher.
 (D) O texto pretende principalmente comunicar à população que há culpabilização da vítima na violência contra as mulheres.
 (E) A construção “#quebreosilêncio” expressa uma mensagem indispensável para que o leitor compreenda o objetivo principal do texto.

Leia a tirinha a seguir, de Quino, criador da personagem Mafalda, para responder à questão 8.



QUESTÃO 8

Considerando os aspectos semânticos e gramaticais do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O terceiro quadrinho representa uma briga entre as crianças em função da discussão a respeito do que iriam brincar.
 (B) Em “Tenho que fazer uma entrega!” (1º quadrinho), o termo sublinhado está empregado como preposição.
 (C) A tirinha de Quino tem como tema central uma crítica ao excesso de atividades escolares passadas às crianças.
 (D) O texto é essencialmente verbal, pois as imagens são recursos prescindíveis ao entendimento da tirinha.
 (E) No primeiro quadrinho, os termos “uma entrega” e “meu programa de TV” desempenham diferentes funções sintáticas.

QUESTÃO 9

Segundo a atual edição do Manual de Redação da Presidência da República, se o Diretor-Geral de Administração Penitenciária de Goiás deseja enviar uma correspondência a todos os gerentes do sistema, deverá emitir um:

- (A) Ofício.
 (B) Ofício Circular.
 (C) Ofício Conjunto.
 (D) Ofício Conjunto Circular.
 (E) Memorando.

QUESTÃO 10

Considerando os conceitos e normas estabelecidos no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, assinale a afirmação INCORRETA.

- (A) Nas comunicações oficiais, o vocativo será sempre seguido de vírgula.
 (B) Quando a correspondência oficial é destinada a particular, no vocativo, pode-se utilizar Senhor ou Senhora seguido do nome do particular ou pode-se utilizar o vocativo “Prezado Senhor” ou “Prezada Senhora”.
 (C) O fecho das comunicações oficiais objetiva, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, saudar o destinatário.
 (D) O gênero gramatical dos adjetivos referidos aos pronomes de tratamento deve concordar com o substantivo que compõe a locução.
 (E) Excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais devem trazer a identificação de seu signatário.

**REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA,
GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E
ECONÔMICA DE GOIÁS**
(Rebecca Guimarães)

QUESTÃO 11

Qual o(a) único(a) escritor(a) goiano(a) a conquistar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras?

- (A) Bernardo Élis.
- (B) Hugo de Carvalho Ramos.
- (C) José de Gouveia.
- (D) Cora Coralina.
- (E) Rachel de Queiroz.

QUESTÃO 12

Quais os dois principais programas desenvolvidos pelo governo estadual para alavancar a industrialização no Estado de Goiás, na segunda metade do século XX?

- (A) Crescer e Fomentar.
- (B) Fomentar e Produzir.
- (C) Produzir e Industrializar.
- (D) Industrializar e Crescer.
- (E) Fomentar e Industrializar.

QUESTÃO 13

Tem capacidade instalada para geração de 1.275MW, e atende ao mercado de energia elétrica do Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Além disso, a hidrelétrica é responsável pela ligação entre este sistema e o Norte/Nordeste, sendo o elo da interligação Norte-Sul. Com uma área de 1.784 km², o reservatório da hidrelétrica é o maior do Brasil em volume de água: 54,4 bilhões de metros cúbicos (m³). Sua barragem para geração de energia fica no curso principal do rio Tocantins no município de Minaçu (GO). Qual é o nome da Usina Hidrelétrica descrita no texto?

- (A) Cachoeira Dourada.
- (B) São Simão.
- (C) Serra da Mesa.
- (D) Lajeado.
- (E) Cana Brava.

QUESTÃO 14

Qual o nome do arquiteto responsável pelo planejamento arquitetônico de Goiânia?

- (A) Oscar Niemeyer.
- (B) Atílio Corrêa Lima.
- (C) Lúcio Costa.
- (D) Jeronimo Bueno.
- (E) Aarão Reis.

RACIOCÍNIO LÓGICO
(Marcelo Leite)

QUESTÃO 15

Suponha que André, Bia e Carla sejam três agentes penitenciários. Considere ainda que as premissas abaixo sejam todas

verdadeiras:

- Se André é carioca, então Bia é paulista.
- Se André não é carioca, então Carla é brasiliense.
- Carla não é brasiliense.

Logo, podemos concluir que:

- (A) Bia é paulista.
- (B) Carla é brasiliense.
- (C) André não é carioca.
- (D) Carla é carioca.
- (E) Carla é brasiliense, e Bia não é brasiliense.

QUESTÃO 16

Em determinado estabelecimento penitenciário, todos os servidores que têm graduação falam inglês, e todos os agentes penitenciários possuem alguma graduação. Logo, é correto afirmar que nesse estabelecimento penitenciário:

- (A) quem possui alguma graduação é agente penitenciário.
- (B) qualquer servidor do estabelecimento penitenciário é agente penitenciário.
- (C) somente os agentes penitenciários falam inglês.
- (D) todo agente penitenciário fala inglês.
- (E) qualquer servidor fala inglês.

QUESTÃO 17

Em determinado estabelecimento penitenciário, há 10 agentes penitenciários não escalados para trabalhar na próxima segunda-feira. O diretor do presídio tem que adicionar mais três agentes penitenciários para trabalhar na próxima segunda-feira, os quais serão escolhidos entre os 10 que estão de folga. De quantas maneiras distintas o diretor do presídio poderá escolher os três agentes que serão escalados para trabalhar na próxima segunda-feira?

- (A) 720
- (B) 240
- (C) 1000
- (D) 120
- (E) 60

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO
(Kátia Lima)

QUESTÃO 18

Julgue os itens abaixo a respeito das diferenças entre ética e moral.

- I – Ética e moral têm o mesmo sentido e a mesma raiz semântica.
- II – A ética é reflexiva e estuda o comportamento moral.
- III – A moral é reflexiva e estuda as ações éticas das pessoas.

Está correto apenas o que se afirma em:

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e II
- (E) II e III

QUESTÃO 19

Com relação à ética no serviço público, assinale a alternativa correta.

- (A) O código de ética de uma entidade pública não deve estabelecer um padrão geral de conduta.
- (B) A ética no serviço público se limita à legalidade, ou seja, a fazer tudo o que a lei preconiza.
- (C) Decoro compreende não apenas a retidão de uma ação, mas também a visão que a sociedade tem dessa ação como sendo correta.
- (D) Para que o servidor público seja ético, basta ser eficiente.
- (E) O objetivo de um código de ética no serviço público é apenas repetir o que assegura a lei.

QUESTÃO 20

O agente penitenciário lida com diversas contingências estressoras e deve se manter em constante equilíbrio para o bem da nação, a segurança pessoal e a de outros. Segundo as especificidades dessa carreira, pode-se afirmar que faz parte da ética profissional do agente penitenciário, exceto:

- (A) integridade.
- (B) honestidade.
- (C) condescendência.
- (D) responsabilidade.
- (E) decoro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL (Wellington Antunes)

QUESTÃO 21

Carlos, nacional espanhol residente no território brasileiro, procurou um advogado e solicitou que fosse esclarecido quais direitos a ordem jurídica brasileira lhe assegurava, mais especificamente se possuía direitos fundamentais e direitos políticos. À luz da sistemática constitucional, o advogado deve afirmar que Carlos:

- (A) possui direitos políticos e fundamentais idênticos aos dos brasileiros naturalizados.
- (B) não possui direitos políticos e fundamentais de qualquer natureza.
- (C) possui direitos fundamentais em extensão inferior aos dos brasileiros, mas não direitos políticos.
- (D) possui direitos fundamentais idênticos aos dos brasileiros, mas direitos políticos inferiores.
- (E) possui direitos políticos e fundamentais em extensão inferior aos dos brasileiros.

QUESTÃO 22

Sobre os direitos individuais e coletivos, avalie as afirmativas a seguir.

- I – É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei complementar específica estabelecer.

- II – É assegurado a todos o acesso à informação, resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.
- III – É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

QUESTÃO 23

Mateus, no afã de conhecer o alcance dos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil, perguntou ao seu amigo Marqui se a denominada “inviolabilidade do domicílio” teria alguma exceção que permitisse a policiais ingressarem, contra a sua vontade, em sua casa. Em resposta, Marqui apresentou diversas proposições, mas apenas uma delas está em harmonia com a ordem constitucional. A proposição correta é:

- (A) Os policiais somente podem ingressar na casa de Mateus se tiverem uma ordem judicial.
- (B) A inviolabilidade do domicílio é absoluta, não comportando exceções.
- (C) Os policiais, por serem agentes públicos, estão autorizados a ingressar na casa de Mateus sempre que necessário.
- (D) Os policiais podem ingressar na casa de Mateus a qualquer momento, desde que tenham uma ordem judicial.
- (E) Os policiais podem ingressar na casa de Mateus caso um crime esteja sendo praticado.

QUESTÃO 24

Peterson, filho de cidadãos norte-americanos, nasceu em Santa Catarina quando seus pais ali estavam em gozo de férias. Após o nascimento, foi para os Estados Unidos da América e jamais retornou à República Federativa do Brasil.

À luz da sistemática constitucional, Peterson

- (A) é brasileiro nato.
- (B) é brasileiro naturalizado.
- (C) é brasileiro nato, desde que requeira a nova nacionalidade aos 18 anos de idade.
- (D) é brasileiro naturalizado, se requerer a naturalização aos 18 anos de idade.
- (E) NÃO é brasileiro.

QUESTÃO 25

A Lei X do Estado Y teve origem em projeto de lei encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo, com o objetivo de tratar de direito processual penal.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei X é:

- (A) constitucional, porque o Estado tem competência concorrente com a União para legislar sobre procedimentos.

- (B) inconstitucional, por ter violado a competência privativa da União para legislar sobre direito processual.
- (C) constitucional, porque a igualdade formal pode ser excepcionada com tratamentos diferenciados razoáveis.
- (D) inconstitucional, já que somente a Constituição Estadual, por força da simetria, poderia veicular tais prerrogativas.
- (E) constitucional, porque o Estado tem competência para legislar sobre o regime jurídico dos seus servidores.

QUESTÃO 26

João, ocupante estável do cargo efetivo de Técnico da área administrativa do Ministério Público do Rio de Janeiro, elegeu-se Vereador em Município do interior do Estado. De acordo com a disciplina constitucional da matéria, João:

- (A) independentemente de compatibilidade de horários para acumulação, deverá se afastar do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, auferindo o subsídio de Vereador.
- (B) independentemente de compatibilidade de horários para acumulação, deverá se afastar do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, podendo optar pela remuneração de um dos cargos.
- (C) caso haja compatibilidade de horários, poderá acumular o cargo efetivo com o mandato eletivo, facultando-lhe optar pela remuneração de um dos cargos.
- (D) caso se afaste do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- (E) caso se afaste do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados levando em conta sua situação até a data do afastamento.

DIREITO ADMINISTRATIVO (Rodrigo Cardoso)

QUESTÃO 27

A organização da Administração é a estruturação das entidades e dos órgãos que desempenham as funções através de agentes públicos. Sobre os entes que integram a Administração indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) As autarquias devem ser criadas por lei e com personalidade jurídica de direito público. A lei que cria poderá estabelecer competência para intervir no mercado financeiro ou mesmo comercializar bens e serviços.
- (B) Considere que o estado “Y” pretenda criar uma entidade administrativa com objetivo de fiscalizar o patrimônio ambiental, bem como expedir ato normativo para regulamentar o assunto. A estrutura a ser criada terá personalidade jurídica própria e será dirigida por um colegiado com mandato fixo. Assertiva: pode-se afirmar que foi criada uma agência executiva.
- (C) É conceituado o mecanismo de descentralização por outorga das atividades da Administração Pública, como a criação de uma entidade, em que o poder

central é repassado a ente personalizado, para que exerça a competência com autonomia em relação ao poder central.

- (D) É de competência da Justiça Federal processar e julgar, nos litígios comuns, as causas em que as autarquias do Estado de Alagoas sejam autoras, réis, assistentes ou oponentes.
- (E) A centralização é o mecanismo para distribuir competência entre pessoas jurídicas diversas.

QUESTÃO 28

Para Meirelles, “poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado”. Assim, pode-se concluir que, através do poder de polícia, a Administração visa conter abusos individuais restringindo o direito individual em benefício do bem-estar da coletividade. Sobre esse poder, pode-se afirmar:

- (A) O poder de polícia fundamenta a concessão de alvará de licença, que representa ato discricionário e precário.
- (B) O poder de polícia será sempre exercido preventivamente, nos estritos termos da lei que autoriza o seu exercício.
- (C) São atributos do poder de polícia a discricionariedade, exigibilidade e coercibilidade. A exigibilidade representa a possibilidade de praticar o ato sem autorização judicial. A jurisprudência informa que a autoexecutoriedade está presente em todos os atos com fundamento no poder de polícia.
- (D) É possível o poder de polícia ser representado por ato normativo e concreto, sendo esse último sempre repressivo.
- (E) A sanção é ato administrativo punitivo que poderá ser questionado nas esferas administrativa e judicial.

QUESTÃO 29

De acordo com a Lei n. 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando houver inviabilidade de competição para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, a licitação será dispensável.
- (B) Tomada de preços é modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.
- (C) Enquadra-se na hipótese de dispensa da licitação a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) Os casos de dispensa de licitação decorrem da competência vinculada da Administração, pois o rol do art. 24 da Lei n. 8.666/1993 é taxativo.
- (E) Em consonância com o princípio da adjudicação compulsória, concluído o procedimento da licitação, o ven-

cedor tem reconhecido o direito à atribuição da licitação e ao contrato imediato.

QUESTÃO 30

Considere que o motorista de um veículo oficial de determinado Secretário do Estado de Goiás, ao trafegar em velocidade acima do limite legal, tenha colidido contra um veículo de particular que estava devidamente estacionado. Considerando a situação descrita, assinale a alternativa correta.

- (A) Embora o Estado seja obrigado a indenizar o dano, somente haverá o direito de regresso do Estado caso se comprove o dolo específico na conduta do servidor.
- (B) A Responsabilidade Civil Objetiva do Estado está presente na situação descrita. Desse modo, basta que o lesado demonstre dano sofrido.
- (C) A Responsabilidade Civil do Estado incide apenas se os danos causados forem de caráter patrimonial.
- (D) Na situação apresentada, o dever de indenizar independe da existência denexo causal em razão de o veículo estar devidamente estacionado.
- (E) A Administração responderá pelos danos causados ao veículo particular de forma objetiva, desde que se comprove que o dano foi proveniente da ação do Estado.

QUESTÃO 31

Considere que seja praticado determinado ato administrativo e que, posteriormente, ele seja impugnado perante o Poder Judiciário. Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) após a impugnação do ato na esfera judiciária, não poderá a Administração convalidá-lo, mesmo se o vício for no elemento competência.
- (B) o controle realizado pode gerar a revogação do ato impugnado.
- (C) a legalidade objetiva poderá ser avaliada apenas nos atos vinculados, pois os discricionários são imunes ao controle em razão do mérito administrativo.
- (D) a ação popular é instrumento válido para anular ato lesivo à moralidade administrativa, podendo ser realizado controle de mérito do ato impugnado.
- (E) a teoria dos motivos determinantes será avaliada apenas se for necessária a expressa motivação do ato.

QUESTÃO 32

No que se refere aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível a instituição de taxa para custear o exercício do poder de polícia, pois essa atividade deverá ser custeada por impostos pagos pela sociedade.
- (B) O poder hierárquico pode ser exercido por meio de recursos administrativos. O recurso tem como característica a impossibilidade da *reformatio in pejus*.
- (C) O poder hierárquico fundamenta o uso do poder disciplinar na aplicação de penalidade a servidor pelo descumprimento de dever funcional.
- (D) Com fundamento no poder regulamentar, o Governador pode criar cargos públicos desde que, após o ato, seja confirmado pelo Poder Legislativo.

- (E) Por força da coercibilidade existente nos atos com fundamento no poder de polícia, a medida adotada pelo agente público pode ser superior à estritamente necessária para tutelar o interesse público.

DIREITO PENAL (Wallace França)

QUESTÃO 33

Considerando as disposições do Código Penal, marque a alternativa que aponta uma hipótese de lesão grave, conforme entendimento doutrinário que diferencia as hipóteses de lesão grave e gravíssima.

- (A) Se resulta aborto.
- (B) Se resulta deformidade permanente.
- (C) Se resulta debilidade permanente de membro, sentido ou função.
- (D) Se resulta enfermidade incurável.
- (E) Se resulta incapacidade para as ocupações habituais, por mais de sessenta dias.

QUESTÃO 34

Considerando as disposições do Código Penal, marque a alternativa que apresenta uma causa de aumento de pena do homicídio (art. 121 do Código Penal).

- (A) Se o homicídio é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.
- (B) Se o homicídio é cometido por milícia privada.
- (C) Se o homicídio é cometido por motivo fútil.
- (D) Se o homicídio é cometido com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.
- (E) Se o homicídio é cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

QUESTÃO 35

Considerando as disposições do Código Penal, trata-se de hipótese de furto qualificado, salvo:

- (A) se o crime é cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- (B) se o crime é cometido com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.
- (C) se o crime é cometido durante o repouso noturno.
- (D) se o crime é cometido com emprego de chave falsa.
- (E) se a subtração for de semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes no local da subtração.

QUESTÃO 36

Considerando as disposições do Código Penal, marque a alternativa correta.

- (A) É punível a calúnia contra os mortos.
- (B) A exceção da verdade é aplicável no crime de injúria.
- (C) A exceção da verdade somente é aplicável no crime de calúnia.
- (D) A retratação é cabível nos crimes de injúria ou difamação.

- (E) Não constitui calúnia ou difamação punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou seu procurador.

QUESTÃO 37

Considerando as disposições do Código Penal e o entendimento doutrinário, é hipótese de escusa absolutória:

- (A) o furto praticado contra o irmão de 20 anos.
(B) o furto praticado contra o avô de 59 anos.
(C) o roubo praticado contra o pai de 30 anos.
(D) o furto praticado contra o cônjuge desquitado.
(E) o roubo praticado contra o cônjuge, na constância da sociedade conjugal.

QUESTÃO 38

Considerando o Código Penal e o pensamento doutrinário dominante, bem como o entendimento dos tribunais superiores, marque a alternativa incorreta.

- (A) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, no todo ou em parte, ainda que outro seja o momento do resultado.
(B) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
(C) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
(D) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
(E) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

QUESTÃO 39

Considerando as disposições do Código Penal, marque a alternativa que aponta o crime praticado pelo funcionário público que pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.

- (A) Prevaricação.
(B) Condescendência criminosa.
(C) Corrupção passiva privilegiada.
(D) Concussão.
(E) Advocacia administrativa.

QUESTÃO 40

Considerando as disposições do Código Penal, marque a alternativa que aponta o crime praticado pelo agente que se opõe à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.

- (A) Desobediência.
(B) Desacato.
(C) Resistência.
(D) Condescendência criminosa.
(E) Advocacia administrativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

(Erico Palazzo)

QUESTÃO 41

No que concerne à lei processual no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta.

- (A) Diante de uma nova lei processual penal, esta deve ser aplicada imediatamente, devendo ser repetidos os atos processuais realizados sob a vigência da lei anterior.
(B) Aplica-se ao processo penal a irretroatividade da lei processual penal prejudicial ao réu. Assim, se uma nova lei processual entra em vigor, somente será aplicável a fatos ocorridos antes de sua vigência se for benéfica ao réu.
(C) O Código de Processo Penal brasileiro rege o processo penal em todo o território brasileiro, ressalvados, entre outros, os tratados, as convenções e regras de direito internacional.
(D) O direito processual penal admite a interpretação extensiva, mas não a aplicação analógica.
(E) O direito processual penal admite a aplicação analógica, mas não a interpretação extensiva.

QUESTÃO 42

O inquérito policial tem como prazo máximo:

- (A) 10 dias, se o indiciado estiver preso, e 30 dias, se estiver solto, sendo possível, nessa hipótese e quando o fato for de difícil elucidação, a realização de novas diligências investigativas mesmo após o término do prazo.
(B) 10 dias, se o indiciado estiver preso, e 30 dias, se estiver solto, não sendo possível a realização de novas diligências investigativas após o término do prazo.
(C) 05 dias, se o indiciado estiver preso, e 15 dias, se estiver solto, sendo possível, nessa hipótese e quando o fato for de difícil elucidação, a realização de novas diligências investigativas mesmo após o término do prazo.
(D) 05 dias, se o indiciado estiver preso, e 15 dias, se estiver solto, não sendo possível a realização de novas diligências investigativas após o término do prazo.
(E) 30 dias, se o indiciado estiver preso, e 60 dias, se estiver solto, no inquérito que investiga tráfico de drogas.

QUESTÃO 43

De acordo com o artigo 13-A do CPP, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos relacionados a crimes específicos, independentemente de manifestação do Juiz. Qual dos tipos penais abaixo não permite a requisição direta de dados e informações cadastrais?

- (A) Tráfico de pessoas.
(B) Homicídio qualificado.
(C) Sequestro.
(D) Extorsão mediante sequestro.
(E) Extorsão com restrição de liberdade.

QUESTÃO 44

Com relação aos crimes de ação penal pública que somente se procedem mediante representação, assinale a alternativa correta:

- (A) A representação é irretroatável.
- (B) A representação é retratável, por somente uma vez, não sendo possível a retratação da retratação.
- (C) No caso de morte do ofendido, a representação poderá ser oferecida pelo cônjuge, ascendente, descendente, irmão e parentes consanguíneos até o terceiro grau.
- (D) O Ministério Público pode desistir da ação penal pública condicionada à representação, se estiver convencido da inocência do acusado.
- (E) O prazo decadencial para oferecimento da representação é de 06 meses, contado do dia que vier a saber quem é o autor do crime.

QUESTÃO 45

Assinale o instituto que não corresponde a atos de disponibilidade da ação penal privada.

- (A) Retratação da representação.
- (B) Perdão do ofendido.
- (C) Perempção.
- (D) Renúncia.
- (E) Todas as alternativas acima correspondem a atos de disponibilidade da ação penal privada.

QUESTÃO 46

Macedo, maior imputável, valendo-se de uma arma de fogo, efetua disparos contra Túlio com a finalidade de subtrair seu aparelho celular. Os disparos não atingem Túlio, mas Macedo consegue efetuar a subtração desejada. Após a ação criminosa, Macedo tomou rumo ignorado, e Túlio buscou imediatamente auxílio policial. Diante dessa situação hipotética, marque a alternativa correta.

- (A) Suponha que, pouco tempo depois do fato, Macedo tenha sido encontrado pelos policiais, com a arma de fogo utilizada no delito e o aparelho celular da vítima. Nessa situação, é possível afirmar que Macedo se encontrava em flagrante delito impróprio.
- (B) O delito praticado por Macedo não permite a imposição de prisão preventiva.
- (C) Se Macedo tivesse sido flagrado e preso cometendo o crime, se lhe imporia a prisão em flagrante na modalidade imprópria.
- (D) Túlio não poderia realizar a prisão em flagrante de Macedo, uma vez que foi vítima do delito.
- (E) É cabível a decretação da prisão temporária de Macedo, pelo prazo de 30 dias, por se tratar de crime hediondo, ainda que na modalidade tentada, se for imprescindível para as investigações ou se o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

QUESTÃO 47

Cabe a decretação de ofício pelo juiz:

- (A) da prisão temporária, desde que no curso da ação penal.
- (B) da prisão temporária, desde que no curso do inquérito

policial.

- (C) da prisão preventiva, no curso da ação penal ou do inquérito policial.
- (D) da prisão preventiva, no curso da ação penal.
- (E) da prisão preventiva, no curso do inquérito policial.

QUESTÃO 48

Analise as seguintes situações hipotéticas:

- I – Joana encontra-se presa por prazo superior ao determinado em lei.
- II – José encontra-se preso injustamente em razão de punição disciplinar militar.
- III – Marcelo, investigado por roubo, tem receio de que seja preso indevidamente no curso de inquérito policial.
- IV – Maria foi condenada à pena de multa, apesar das provas demonstrarem sua inocência.

Diante dos casos hipotéticos apresentados, marque as pessoas que, de acordo com a lei e a jurisprudência, poderão se valer do remédio constitucional do *habeas corpus*:

- (A) Joana e Maria.
- (B) José e Marcelo.
- (C) Joana e Marcelo.
- (D) José e Maria.
- (E) Joana e José.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL (Deusdedy Solano)

QUESTÃO 49

A Lei n. 7.210 de 1984 instituiu a Lei de Execução Penal. Quanto ao objeto e à aplicação da referida Lei, podemos afirmar corretamente que

- (A) a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para o isolamento do condenado e do internado.
- (B) a jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o território nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade da Lei de Execução Penal, excluindo-se qualquer aplicação do Código de Processo Penal.
- (C) a Lei de execução penal aplicar-se-á igualmente ao preso provisório, mas não é aplicada ao condenado pela Justiça Militar, mesmo quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.
- (D) ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei e não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.
- (E) o Estado não poderá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

QUESTÃO 50

Reginaldo Antônio, aos 21 anos de idade, foi condenado a pena privativa de liberdade de 27 anos de prisão pela prática de fe-

minicídio, que é considerado crime hediondo, devendo iniciar o cumprimento da pena em regime fechado, conforme decisão na sentença penal condenatória. No momento em que o condenado foi apresentado ao sistema penitenciário, foi classificado nos termos da Lei de Execução Penal (n. 7.210/1984).

Em relação à regulamentação prevista na Lei para a classificação de Reginaldo Antônio, analise as assertivas a seguir, indicando a correta nos termos da legislação vigente.

- (A) O condenado Reginaldo Antônio será classificado segundo os seus antecedentes e sua personalidade, para orientar a individualização da execução penal. A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação, que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado.
- (B) A Comissão Técnica de Classificação, existente no estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no máximo, por 3 (três) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 2 (dois) psicólogos e 2 (dois) assistentes sociais, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- (C) O condenado Reginaldo Antônio poderá ser submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.
- (D) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade de Reginaldo Antônio, observará a ética profissional e, tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá: requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado e realizar outras diligências e exames necessários, mas não poderá entrevistar pessoas.
- (E) Reginaldo Antônio, mesmo tendo praticado crime hediondo, não poderá ser submetido à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA – ácido desoxirribonucleico, ainda que por técnica adequada e indolor, pois não há previsão legal para tal identificação.

QUESTÃO 51

Nos termos da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984), em relação ao direito do preso ou internado à assistência, analise as assertivas a seguir, indicando a correta.

- (A) Assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. A assistência será: material; à saúde; jurídica; educacional; social; religiosa, porém ela não se estende ao egresso.
- (B) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. Os estabelecimentos poderão dispor de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, sendo vedados locais destinados à venda de produtos, mesmo para objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.
- (C) A assistência à saúde do preso e do internado, que será apenas de caráter curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

- (D) A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado. Dentro dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado, vedados núcleos externos.
- (E) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização.

QUESTÃO 52

O condenado à pena privativa de liberdade, conforme descreve a Lei n. 7.210/1984 – Lei de Execução Penal, está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade. Em relação ao trabalho interno do preso, todas as assertivas a seguir estão corretas, EXCETO:

- (A) Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.
- (B) Na atribuição do trabalho, deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado, e deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo.
- (C) Os condenados maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade, e, quanto aos doentes ou deficientes físicos, há vedação ao trabalho em razão de tais condições.
- (D) A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados. Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal.
- (E) Os órgãos da Administração direta ou indireta da União, Estados, Territórios, Distrito Federal e dos Municípios adquirirão, com dispensa de concorrência pública, os bens ou produtos do trabalho prisional, sempre que não for possível ou recomendável realizar-se a venda a particulares.

QUESTÃO 53

Nas regras de execução da pena no Brasil, impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. Em relação aos direitos do preso, é correto afirmar que

- (A) constituem direitos do preso: alimentação suficiente e vestuário, atribuição de trabalho e sua remuneração sem direito à previdência social; proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação, dentre outros direitos.

- (B) não é direito do preso o contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação, mesmo que não comprometam a moral e os bons costumes.
- (C) é direito do preso receber atestado de pena a cumprir, emitido mensalmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.
- (D) é garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento.
- (E) as divergências entre o médico oficial e o particular serão resolvidas pelo Juiz da execução, sempre em favor do médico oficial.

QUESTÃO 54

Analise a seguinte situação hipotética: Maria Florisbela, interna do sistema penitenciário do Estado do Goiás, cumprindo pena privativa de liberdade de 17 anos de reclusão pelos crimes de tráfico de drogas e tentativa de homicídio, foi encontrada, por uma agente penitenciária, dentro do sistema penitenciário com um aparelho de telefone celular com o qual fazia contato com o ambiente externo. Nos termos da Lei de Execução Penal, em relação às faltas disciplinares e à sanção a que pode ser submetida Maria Florisbela, analise os itens a seguir, indicando a assertiva correta.

- (A) As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. A lei federal estabelece as faltas graves e médias, e a legislação local especificará as leves, bem assim as respectivas sanções. No caso em tela, nos termos da Lei de Execução Penal (n. 7.210/1984), a falta praticada por Maria Florisbela é de natureza média.
- (B) Se a falta de Maria Florisbela não tivesse sido consumada, ela não poderia ser sancionada, pois é impunível a tentativa de falta leve, média ou grave.
- (C) A falta de Florisbela, nos termos da lei federal, é grave por ter em sua posse, utilizar e fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
- (D) A conduta de Maria Florisbela não é falta disciplinar, pois não há previsão legal.
- (E) A conduta de Maria Florisbela é falta grave e, mesmo não constituindo a prática de fato previsto como crime doloso e não ocasionando subversão da ordem ou disciplina internas, pode sujeitá-la ao regime disciplinar diferenciado.

QUESTÃO 55

Em relação ao regime disciplinar diferenciado, previsto na Lei de Execução Penal, analise as assertivas a seguir, indicando o item correto.

- (A) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado.
- (B) A duração máxima do regime disciplinar diferenciado

será de trezentos e sessenta e cinco dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de dois terços da pena aplicada.

- (C) O regime disciplinar diferenciado tem recolhimento em cela individual e as visitas semanais de duas pessoas, incluindo as crianças, com duração de uma hora.
- (D) No regime disciplinar diferenciado, o preso não terá direito à saída da cela.
- (E) O regime disciplinar diferenciado não poderá abrigar presos provisórios, apenas os condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

QUESTÃO 56

São órgãos da Execução Penal, conforme previsto na Lei n. 7.210/1984, EXCETO:

- (A) o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.
- (B) o Juízo da Execução.
- (C) o Ministério Público e o Conselho Penitenciário.
- (D) os Departamentos Penitenciários, o Patronato, o Conselho da Comunidade.
- (E) o Defensor e o Delegado de Polícia.

DIREITOS HUMANOS (Luciano Favaro)

QUESTÃO 57

Com o término da II Guerra Mundial, instituiu-se, no ano de 1945, a Organização das Nações Unidas. Uma das primeiras ações desta Organização Internacional foi estabelecer, por intermédio da extinta Comissão de Direitos Humanos, um Comitê responsável pelos estudos e redação final da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa Declaração, que foi adotada e proclamada pela Resolução n. 217 A III da ONU, em 10 de dezembro de 1948, possui um preâmbulo do qual se pode extrair que, exceto:

- (A) o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e alienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.
- (B) o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade.
- (C) os Estados-Membros da ONU se comprometeram a promover, em cooperação com essa Organização, o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais, bem como observar esses direitos e liberdades.
- (D) os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU de 1945, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres.
- (E) é essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações.

QUESTÃO 58

Considerando o Programa Nacional de Direitos Humanos – 3 (PNDH-3), aprovado pelo Decreto n. 7.037, de 2009, com posteriores alterações, assinale a assertiva que não contenha uma diretriz prevista no Eixo Orientador III, que trata da universalização dos direitos em um contexto de desigualdades.

- (A) Garantia da igualdade na diversidade.
- (B) Promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação.
- (C) Combate às desigualdades estruturais.
- (D) Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena.
- (E) Valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento.

QUESTÃO 59

Concerne aos direitos de nacionalidade previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva correta.

- (A) Brasileiro nato não pode perder a nacionalidade.
- (B) Estrangeira que se casar com brasileiro adquirirá a nacionalidade brasileira.
- (C) Brasileira naturalizada pode se tornar brasileira nata caso venha a residir no Brasil e opte, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) Nos termos da Constituição Federal de 1988, Presidente do Conselho Nacional de Justiça é cargo privativo de brasileiro nato.
- (E) Consideram-se brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de 20 anos ininterruptos, sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

QUESTÃO 60

Considerando o disposto nas Regras Mínimas da ONU para tratamento do preso (Regras de Mandela) acerca da separação de categorias dos presos, assinale a assertiva incorreta.

- (A) Homens e mulheres devem, sempre que possível, permanecer detidos em unidades separadas. Nos estabelecimentos que recebam homens e mulheres, todos os recintos destinados às mulheres devem ser totalmente separados.
- (B) Jovens presos devem ser mantidos separados dos adultos.
- (C) Presos preventivos podem ser mantidos juntos dos presos condenados, caso não haja recinto para ambos.
- (D) Indivíduos presos por dívidas, ou outros presos civis, devem ser mantidos separados dos indivíduos presos por infrações criminais.
- (E) As diferentes categorias de presos devem ser mantidas em estabelecimentos prisionais separados ou em diferentes setores de um mesmo estabelecimento prisional, levando em consideração seu sexo, idade, antecedentes criminais, razões da detenção e necessidades de tratamento.

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NO
CARGO DE AGENTE DE SEGURANÇA PRISIONAL
EDITAL Nº 1/2019 - ASP-DGAP, DE 24 DE JULHO DE 2019 - NORMATIVO

SIMULADO AGEPEN – GO
AGENTE DE SEGURANÇA PRISIONAL DE 3ª
CLASSE

GABARITO							
1	A	16.	D	31	A	46	E
2	D	17.	D	32	C	47	D
3	C	18	B	33	C	48	C
4	B	19	C	34	B	49	D
5	E	20	C	35	C	50	A
6	A	21	C	36	A	51	E
7	C	22	D	37	B	52	C
8	B	23	E	38	D	53	D
9	B	24	A	39	C	54	C
10	D	25	B	40	C	55	A
11	A	26	D	41	C	56	E
12	B	27	C	42	A	57	A
13	C	28	E	43	B	58	E
14	B	29	B	44	E	59	D
15	A	30	E	45	A	60	C

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA
(Tereza Cavalcanti)

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 6.

1 Prisão ou cadeia são estabelecimentos destinados a isolar da sociedade pessoas que foram condenadas ou consideradas culpadas por algum crime.

5 Até o século XVIII, em vez de prisão, os castigos mais comuns para quem era condenado por algum crime eram, entre outros, a morte e o desterro ou exílio (enviar uma pessoa para uma terra distante, bem longe de seu país). As prisões serviam principalmente para prender as pessoas que não podiam pagar suas contas, as que aguardavam

10 julgamento e indivíduos culpados que aguardavam sentença ou punição. No século XX, contudo, a maioria das prisões já abrigava criminosos condenados.

15 As condições nas primeiras prisões eram horríveis. Doenças, violência e abuso eram comuns. No final do século XVIII, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, reformadores sociais (pessoas que lutavam por mudanças) começaram a procurar meios de melhorar as prisões. Manter os prisioneiros separados uns dos outros e obrigá-los a realizar trabalhos pesados eram ideias populares no século XIX. No

20 século XX, muitas prisões passaram a oferecer educação e treinamento profissional aos prisioneiros, além de recompensas por bom comportamento. Hoje em dia, muitas pessoas continuam a trabalhar para que as prisões ao redor do mundo sejam mais seguras e mais eficazes.

25 No Brasil, as condições em muitas prisões são degradantes, e muita violência acontece dentro delas. Há uma lei que proíbe o uso de tortura no interrogatório a presos, mas em pontos do país ela ainda ocorre. No início do século XXI o governo federal lançou um

30 programa para reduzir a superlotação dos presídios. Em vários estados foram criados centros de detenção para mulheres grávidas e com crianças até 6 anos.

<<https://escola.britannica.com.br>> Acesso em 20 ago. 2019

QUESTÃO 1

Considerando os aspectos semânticos e gramaticais do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) No período iniciado por “As prisões” (l. 7 a 11), a palavra “que” tem, nas três ocorrências, a mesma classificação morfosintática.
- (B) Na linha 11, a substituição de “contudo” por “no entanto” preservaria a correção e o sentido da frase.
- (C) A substituição de “para que” (l. 23) pela locução **afim de que** preservaria a correção gramatical e as relações de sentido do período.
- (D) No trecho “passaram a oferecer educação e treinamento

profissional” (l. 20 e 21), a inserção de acento grave em “a oferecer” preservaria a correção gramatical, visto que neste contexto a crase é facultativa.

- (E) Para adequar o texto à norma gramatical, deveria ser retirada a vírgula logo após “degradantes” (l. 26), visto que este sinal não deve ser usado antes da conjunção “e”.

Letra a.

- (A) O “que” é, nas três ocorrências, pronome relativo com função de sujeito.
- (B) “no entanto” não é conector reconhecido pela norma culta; poderia ser “entretanto” ou “no entanto”.
- (C) O correto seria “a fim de que”; afim dá ideia de afinidade, não de finalidade.
- (D) Não ocorre crase antes de verbo.
- (E) A vírgula está correta, pois o “e” separa orações com diferentes sujeitos.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa que apresenta palavra acentuada por motivo diverso do que justifica o acento em “presídios” (l. 30).

- (A) Início (l. 29).
- (B) Interrogatório (l. 27 e 28)
- (C) Vários (l. 31)
- (D) País (l. 7 e 28)
- (E) Exílio (l. 6)

Letra d.

A palavra “país” é acentuada pela regra do hiato; as demais, porque são paroxítonas terminadas em ditongo.

QUESTÃO 3

Com relação à tipologia, o texto é predominantemente:

- (A) injuntivo, pois pretende persuadir o leitor da crueldade do atual sistema prisional no Brasil.
- (B) descritivo, pois caracteriza o atual sistema prisional.
- (C) informativo, pois apresenta informações sobre a história e fatos relevantes do sistema prisional.
- (D) narrativo, pois relata fatos vividos por personagens, com conflito narrativo e desfecho.
- (E) argumentativo, pois nele perpassa a análise crítica do sistema prisional no Brasil.

Letra c.

Ainda que haja traços narrativos e argumentativos no texto, nele predomina a intenção de informar sobre a função e o histórico das prisões.

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa em que está correta a função sintática atribuída a um termo do texto.

- (A) “por algum crime” (l. 3) = agente da passiva

- (B) “horrríveis” (l. 13) = predicativo do sujeito
- (C) “aos prisioneiros” (l. 21) = complemento nominal
- (D) “uma lei” (l. 27) = sujeito
- (E) “dos presídios” (l. 30) = objeto indireto

Letra b.

- (A) “algum crime” não praticou nenhuma ação, logo não pode ser agente da passiva. É adjunto.
- (C) “aos prisioneiros” é objeto indireto.
- (D) “uma lei” é objeto direto.
- (E) “dos presídios” é adjunto adnominal.

QUESTÃO 5

Considerando os aspectos interpretativos e gramaticais do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Infere-se do texto que a tortura é prática institucionalizada nas prisões brasileiras.
- (B) Na linha 31, a substituição de “foram criados” por “criaram-se” manteria a correção gramatical, mas prejudicaria as relações de sentido do texto.
- (C) Na linha 28, o pronome “ela” retoma, por coesão textual, o termo “violência” (l. 26).
- (D) De acordo com o texto, uma das funções precípua da prisão é ressocializar o detento para o retorno à vida em sociedade.
- (E) Na linha 23, a substituição de “continuam a trabalhar” por “trabalham” preservaria a correção gramatical do período.

Letra e.

- (A) Segundo o texto, a tortura ocorre em “alguns pontos do país”, o que não permite validar a afirmação do item, que é uma generalização taxativa.
- (B) Não haveria nenhum prejuízo, apenas transposição da voz passiva analítica para a sintética.
- (C) “ela” retoma “tortura”.
- (D) O texto apenas menciona, no primeiro parágrafo, a função de isolar o criminoso, não mencionando ressocialização em nenhum trecho.

QUESTÃO 6

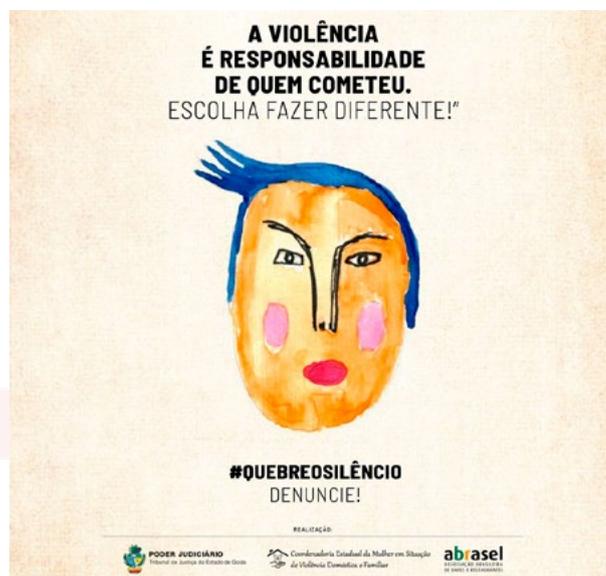
Assinale a alternativa cujo verbo destacado pode ser flexionado no plural, sem que nenhuma outra mudança seja feita na frase, preservando a correção gramatical.

- (A) “a maioria das prisões já abrigava criminosos condenados” (l. 11 e 12)
- (B) “Doenças, violência e abuso eram comuns.” (l. 14)
- (C) “Manter os prisioneiros separados” (l. 17 e 18)
- (D) “muita violência acontece dentro delas” (l. 26)
- (E) “ainda ocorre” (l. 28)

Letra a.

Como se trata de sujeito partitivo acompanhado de termo determinante, o verbo pode concordar com o núcleo da expressão partitiva (maioria) ou com o do termo determinante (prisões).

O cartaz abaixo faz parte de uma campanha promovida pelo Tribunal de Justiça de Goiás, no carnaval de 2019. A Campanha consistia na divulgação de cartazes nos banheiros femininos e masculinos, com telefones de entidades da rede de enfrentamento à violência contra mulheres, para denúncia e assessoria jurídica.



QUESTÃO 7

Com base na leitura do cartaz e em seu contexto de divulgação, assinale a alternativa correta.

- (A) O propósito principal do texto é informar o leitor acerca da existência da violência contra as mulheres.
- (B) A informação mais importante do texto está contida no primeiro período “A violência é responsabilidade de quem cometeu”.
- (C) A intenção principal do texto é persuadir o destinatário a denunciar casos de violência contra a mulher.
- (D) O texto pretende principalmente comunicar à população que há culpabilização da vítima na violência contra as mulheres.
- (E) A construção “#quebreosilêncio” expressa uma mensagem indispensável para que o leitor compreenda o objetivo principal do texto.

Letra c.

O objetivo do texto é convencer o seu leitor a denunciar casos de violência contra a mulher. O uso de verbos no imperativo (“denuncie”, “quebre”) e o contexto de produção (parte de uma campanha) corroboram essa intenção.

Leia a tirinha a seguir, de Quino, criador da personagem Mafalda, para responder à questão 8.



QUESTÃO 8

Considerando os aspectos semânticos e gramaticais do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O terceiro quadrinho representa uma briga entre as crianças em função da discussão a respeito do que iriam brincar.
- (B) Em “Tenho que fazer uma entrega!” (1º quadrinho), o termo sublinhado está empregado como preposição.
- (C) A tirinha de Quino tem como tema central uma crítica ao excesso de atividades escolares passadas às crianças.
- (D) O texto é essencialmente verbal, pois as imagens são recursos prescindíveis ao entendimento da tirinha.
- (E) No primeiro quadrinho, os termos “uma entrega” e “meu programa de TV” desempenham diferentes funções sintáticas.

Letra b.

Na frase “Tenho que fazer...”, o “que” liga o verbo auxiliar ao verbo principal de uma locução verbal, classificando-se como preposição.

- (A) A cena representa uma brincadeira.
- (C) O leitor deve observar que apenas uma das crianças menciona lição de casa.
- (D) O texto é verbo-visual, sendo imprescindíveis as imagens e as palavras para se entender a mensagem.
- (E) Os termos são objetos diretos.

QUESTÃO 9

Segundo a atual edição do Manual de Redação da Presidência da República, se o Diretor-Geral de Administração Penitenciária de Goiás deseja enviar uma correspondência a todos os gerentes do sistema, deverá emitir um:

- (A) Ofício.
- (B) Ofício Circular.
- (C) Ofício Conjunto.
- (D) Ofício Conjunto Circular.
- (E) Memorando.

Letra b.

Os ofícios circulares têm apenas um emissor e mais de um destinatário. Vale ressaltar que a atual edição do MRPR não contempla o memorando como correspondência oficial.

QUER TER ACESSO AO RESTANTE
DAS QUESTÕES COMENTADAS?

SEJA NOSSO ALUNO

**ASSINATURA ILIMITADA: TUDO O QUE VOCÊ
PRECISA PARA SER APROVADO**